

PRÊMIO MOBILIZAÇÃO

O Prêmio Mobilização, (bi-anual), foi instituído pelo COEP em 1999 como uma estratégia para colocar na ordem do dia das entidades associadas, o debate sobre a sua participação no combate à pobreza.

Em sua primeira edição foram privilegiadas as ações na área social, desenvolvidas coletivamente pelos funcionários, com o apoio de suas entidades, tendo sido contemplados 38 projetos com o Troféu COEP. As organizações responsáveis receberam uma "Menção Honrosa".

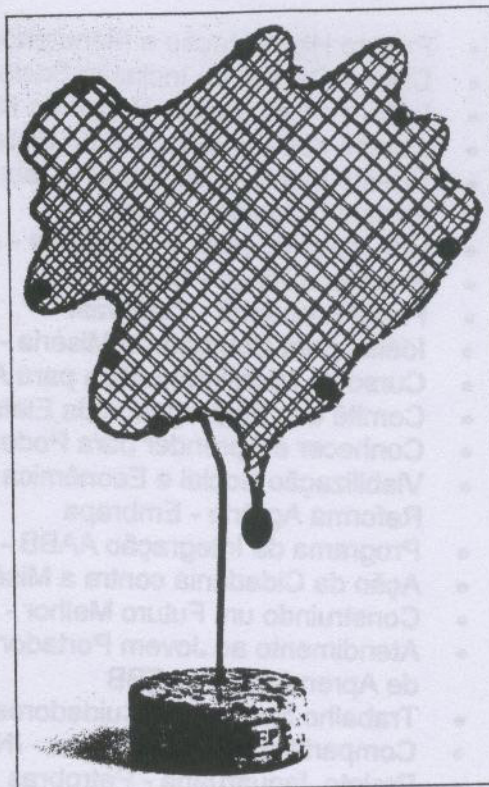
O Prêmio Mobilização teve início, em 1999, com uma ampla divulgação do projeto e uma seleção interna em cada associadas. Dando continuidade ao projeto, foram realizadas, em 2000, as seguintes atividades:

- coordenação do processo de criação, desenvolvimento e confecção do material previsto para premiação, incluindo: Troféu COEP (para os projetos premiados), menção honrosa (para o Dirigente da Entidade responsável pelo projeto premiado), Diplomas de Participação e de Parceria.

- articulação com os Representantes Técnicos das entidades premiadas visando a organização de cerimônias internas para entrega dos diplomas de participação e parcerias, ampliando, assim, os resultados da mobilização promovida pelo Prêmio.

A solenidade de premiação, com a entrega do Troféu COEP e da Menção Honrosa foi realizada na Reunião do Conselho Deliberativo do COEP, de 30 de março.

Visando difundir conhecimento, tecnologias e metodologia de atuação na área social, todos os projetos premiados foram publicados nos Cadernos da Oficina Social" nº 4 - Prêmio Mobilização - edição especial. Os demais projetos, inscritos na seleção interna de cada entidade ou COEP estadual, estão sendo divulgados, através da publicação de sua sinopse na página eletrônica do COEP. Pretende-se, assim, incentivar a multiplicação daquelas iniciativas, pelo país afora.



1999 - Projetos Premiados

- Projeto Higienização e Manutenção - Banco do Brasil
- Cisne - Central de Inclusão Social de Novos Espaços - Banco Central do Brasil
- Leitura e Cidadania - Banco do Nordeste
- Comitê dos Funcionários do Sistema BNDES - BNDES
- Projeto Mobilização Social - Caixa
- Projeto Laranjão - Cemig
- Um Trabalho para a Cidadania - A Pedagogia Cooperativa - Cesp
- Programa Xingó - Chesf
- Projeto Amanhã - Codevasf
- Idéias para Combater a Miséria - Conab
- Curso de Microinformática para Adolescentes Assistidos - Dataprev
- Comitê dos Empregados da Eletrobras na Ação da Cidadania - CEEL - Eletrobras
- Conhecer e Aprender para Poder Transmitir - Eletronuclear
- Viabilização Social e Econômica de Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária - Embrapa
- Programa de Integração AABB - Comunidade - Fenabb
- Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida - Finep
- Construindo um Futuro Melhor - Fiocruz
- Atendimento ao Jovem Portador de Deficiência e ao Adolescente com Dificuldade de Aprendizagem - FBB
- Trabalho Social com Cuidadores Informais de Idosos - Furnas Centrais Elétricas
- Compartilhando Habilidades - INT/MCT
- Projeto Jaguaruana - Petrobras
- Curso de Microinformática para Adolescentes Assistidos - Serpro
- Proinfo - Programa de Formação Profissionalizante em Informática para Adolescentes de Baixa Renda - COEP - AL
- Projeto Acasota - Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social - COEP-AM
- Oficina de Construção do Futuro - COEP-BA
- Projeto Creche Mais Uma Criança - COEP-CE
- Projeto Engraxate - COEP-DF
- Campanha de Solidariedade às Vítimas das enchentes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo - COEP-ES
- Lavouras Comunitárias em Terras Indígenas - COEP-GO
- Oficina Comunitária Viva Criança - COEP-MA
- Hidroponia - Cultivo de Plantas em Meio Líquido - COEP-PB
- Projeto Menina dos Olhos - COEP-PE
- Panificadora Comunitária Moradias Pantanal - COEP-PR
- Projeto Brinquedotecas - COEP-RN
- Arte e Cidadania - COEP-RS
- Por um Rio Sem Fome, sem Miséria e com Dignidade - COEP-RJ
- Projeto Olho no Futuro - COEP-SC
- Ação e Cidadania - COEP- SP

PRÊMIO MOBILIZAÇÃO

Valorização do Compromisso Social das Organizações

Promoção: COEP - Apoio: Oficina Social

O compromisso social é um novo desafio que se coloca para as organizações. A convicção de que as empresas podem integrar objetivos econômico-financeiros com cidadania, vem se afirmando não só nos países desenvolvidos como também no Brasil.

O Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida - COEP, criado em 1993, reúne, hoje, cerca de 700 associadas, instituições públicas e privadas, comprometidas com o combate à pobreza, atuando em 20 estados do país.

A conscientização dessas entidades quanto ao seu papel no enfrentamento dos problemas sociais do país vem se concretizando através de diferentes projetos inovadores e já contabiliza resultados significativos na promoção do desenvolvimento humano e social.

Avançando na sua proposta o COEP instituiu, no ano de 1999, com o patrocínio da Oficina Social, o Prêmio Mobilização (bi-anual), que visa mobilizar as entidades para a institucionalização de seu compromisso social.

Na primeira edição foram premiadas as ações na área social, desenvolvidas em parceria empresa/empregados.

No ano 2001, o prêmio busca incentivar o desenvolvimento e a qualificação das iniciativas de promoção da cidadania, implementadas pelas associadas ao COEP. Com o objetivo de mobilizar as entidades para aprimorarem o sistema de acompanhamento de suas práticas sociais, o Prêmio Mobilização 2001 propõe, como metodologia, o preenchimento de formulário de auto-avaliação, a ser realizado em duas etapas(julho e dezembro).

Esse formulário constitui um instrumento que possibilita à entidade a elaboração de um diagnóstico interno sobre o conjunto de iniciativas que vem desenvolvendo na área social. Além disso, a listagem de ações relacionadas oferece um acervo de atividades que podem enriquecer a atuação da empresa nesse campo.

Cabe ressaltar que as informações contidas nos formulários são de caráter confidencial e como tal serão tratadas pelo COEP.

Toda entidade inscrita que cumprir as duas fases previstas, receberá como prêmio um Certificado de Participação, atestando o reconhecimento da importância conferida pela Instituição à efetivação de seu compromisso social.

A finalidade maior do COEP com o Prêmio Mobilização 2001 é oferecer às suas associadas uma estratégia de acompanhamento de suas ações voltadas para a promoção da cidadania, possibilitando assim, a ampliação e o aprimoramento dessas iniciativas.

Adoção de Práticas Administrativas que Efetivem o Combate à Exclusão Social

Dentre os procedimentos internos que indicam a efetivação da ação social na organização, assinale os que são adotados pela entidade:

	de forma habitual	de forma eventual	não faz
incentivo à contratação de micro e pequenas empresas			
apoio à criação e contratação de cooperativas populares			
absorção de mão-de-obra de portadores de necessidades especiais			
doação de bens móveis a comunidades carentes			
aplicação de recursos de publicidade e patrocínio para projetos sociais			
adoção de normas de seleção dos fornecedores que incluem critérios relativos à efetivação de seu compromisso social			
utilização dos diferentes meios de comunicação com os clientes/consumidores para conscientizá-los da importância da Responsabilidade Social			
outros: _____			

Estímulo à Participação dos Funcionários/Empregados nas Ações de Promoção da Cidadania

Estimular a participação dos funcionários/empregados em ações de cidadania e criar mecanismos que incentivem a parceria funcionário/empregado/entidade em iniciativas de combate à pobreza, constituem estratégia de fortalecimento do papel da instituição enquanto agente social no processo de desenvolvimento do país.

Assinale as formas utilizadas pela entidade para incentivar a participação do funcionário/empregado nas atividades sociais realizadas:

	de forma habitual	de forma eventual	não faz
incentivo para a realização de trabalho voluntário para a comunidade fora do horário de expediente			
liberação para trabalhar em organizações comunitárias ou campanhas públicas no horário de expediente			
liberação para trabalhar ou coordenar projetos sociais da própria entidade			
estímulo à parceria funcionário/empregado e entidade na implementação conjunta de ações sociais			
outras: _____			

Divulgação das Ações Sociais Realizadas

A difusão de ações inovadoras no campo social é uma das formas de incentivar a replicação dessas iniciativas por outras organizações. Ao dar visibilidade às suas atividades sociais, a entidade também formaliza a incorporação do componente social às estratégias da instituição.

Assinale os meios de comunicação utilizados pela entidade para divulgar suas ações sociais:

	de forma habitual	de forma eventual	não utiliza
jornais e/ou informativos internos à entidade			
veículos de comunicação e/ou informativos próprios para público externo			
informações a veículos externos de comunicação			
divulgação de anúncio institucional em rádios, jornais, revistas e TV			
publicação de Balanço Social			
home page			
meios de comunicação alternativos na comunidade			
faixas, cartazes, outdoor, etc			
embalagem do produto			
outros: _____			

Incorporação da Dimensão da Responsabilidade Social à Cultura da Entidade

A institucionalização da responsabilidade social nas entidades tem se revelado uma forma efetiva de estabelecer compromissos, valorizar o trabalho desenvolvido e garantir a continuidade das ações. Dentre os procedimentos internos adotados que promovem essa institucionalização podem ser destacados:

	sim	não
inclusão da temática da responsabilidade social na Missão e no Modelo de Gestão da entidade		
inclusão no Planejamento Estratégico da entidade de diretrizes e metas relativas à sua ação social		
promoção do comportamento ético		
execução de ações sociais de forma contínua		
inclusão na política de Recursos Humanos, da valorização do trabalho voluntário		
capacitação de técnicos e gerentes para atuarem na área social		
difusão sistemática dos valores da entidade no que se refere à sua Responsabilidade Social		
Outros: _____		

Participação no COEP

A efetivação do compromisso social se traduz, também, pela participação em uma rede de ação social, onde o esforço de cada um fortalece o trabalho do todo, possibilitando uma ampliação do impacto das ações.

Assinale as iniciativas utilizadas pela entidade para o fortalecimento do COEP enquanto uma Rede Nacional de Mobilização Social:

	sim	não
criação de instrumentos formais (instruções normativas, voto e/ou resoluções de Diretoria, Regimentos Internos e outros) para institucionalizar a participação da entidade no COEP		
reconhecimento da atividade de representação no COEP como função executiva, formalizada no conjunto de atribuições e responsabilidades da entidade associada e de seus empregados/funcionários		

	de forma habitual	de forma eventual	nunca
estabelecimento de um canal de comunicação entre a representação no COEP com a alta administração da entidade, no sentido de permitir um acompanhamento sistemático das atividades			
participação dos dirigentes nas reuniões do Conselho Deliberativo do COEP			
participação do representante técnico nas reuniões da Comissão Executiva do COEP			
participação da entidade nas parcerias articuladas pelo COEP			
participação da entidade nas campanhas de mobilização formuladas pelo COEP			
estímulo à divulgação para a rede do COEP, das ações da entidade no campo social			
divulgação interna, na entidade, das ações do COEP			
divulgação externa, junto a clientes, fornecedores, parceiros e público em geral, das ações do COEP			
Estímulo para que as representações locais/filiais participem do COEP nos diversos Estados			
outras: _____			

HERBERT DE SOUZA

O setor público e a fome

Quando o presidente Itamar Franco definiu a luta contra a fome e a miséria como prioridade absoluta de seu governo, foi colocada a questão das estatais. Como seria sua participação? Como colocar esse fantástico potencial econômico, social e tecnológico a serviço dessa causa? As estatais, que controlam uma grande parte do PIB, poderiam também ajudar a acabar com a fome e a miséria.



As estatais descobriram que podem produzir verdadeiros milagres

O Banco do Brasil salu na frente. Direção e funcionários se uniram para ajudar a criar comitês em todo o País, por meio de suas 4.500 agências. Prometeram e estão cumprindo. Definiram, além disso, cerca de 32 projetos relacionados à ação institucional do próprio banco, inegavelmente um dos agentes econômicos mais poderosos do País, particularmente no campo da agricultura. A Caixa seguiu logo depois, e também o Banco do Nordeste. Dois aliados fundamentais.

Mas logo depois vieram mais 32 empresas estatais, mobilizadas por uma convocação da Ação da Cidadania. Uma reunião histórica no Fórum de Ciência e da Cultura da Universidade Federal do Rio selou um compromisso e criou um comitê do setor público, em que Vale do Rio Doce, Petrobrás, Furnas, Light, Embratel, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Embrapa, Finep, IBGE, Baneses, BNDES, Comig, Cesp, Chesf, Jataprev, DNC, ECT, Eletrobrás, Itocruz, Inbra, INT, Nuclen, Radiobrás, RFFSA, Serpro, Telerj, UFRJ se encontram para ver o que podem fazer cada uma e em comum. Sem medo de exagero, pode-se dizer que já a primeira vez na história que as empresas do setor público se reuniram para atuar em comum, produzindo sinergia em nome da solidariedade. E não foram convocadas pelos ministros de suas áreas nem pelo presidente. Foram convocadas por dois cidadãos comuns e correntes da sociedade brasileira, Luiz

Pinguelli Rosa e Herbert de Souza, um em nome das universidades, outro em nome da cidadania.

A resposta foi surpreendente. Furnas e Light, por exemplo, descobriram que podem criar peixes nas suas imensas reservas de água, com apoio da Embrapa e de entidades da sociedade civil. A China alimenta grande parte de sua imensa população com peixes e o Brasil ainda não faz o mesmo. O comitê de Itumbiara percebeu

que pode produzir arroz e milho, depois feijão, para alimentar inicialmente 700 famílias em 91 hectares de Furnas. A Petrobrás se deu conta de que é uma das maiores empresas perfuradoras do mundo e pode colocar sua tecnologia para "produzir" água no Nordeste, nas áreas de seca. Ou seja, a Petrobrás descobriu que pode, literalmente, acabar com os efeitos da seca em certas áreas. Fajou-se mesmo em criar a *Aguabrás*, para acabar com a seca ou realizar o *Milagre das Águas*, na qual a Petrobrás atuaria em parceria com o Banco do Nordeste, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco e a Sudene.

A Embratel pode colocar toda sua rede de comunicação em apoio à educação e à mobilização nessa luta contra a miséria e já deu exemplos concretos do que pode fazer. É a *Tele-Educação* alcançando 200 mil escolas e 23 milhões de estudantes, em parceria com Ministério da Educação, universidades federais, Crub e secretarias estaduais e municipais de Educação.

A Embratel e a Flocruz podem executar um projeto de treinamento de recursos humanos para vigilância nutricional. Só com o aproveitamento do desperdício do Brasil poderia quase acabar com a fome! É claro que também existe desperdício ou ociosidade nas estatais.

O Programa Nacional do Alcool e Alimentos (Pronal) é uma idéia que pode revolucionar e relacionar a produção de alimentos e energia de forma racional, aproveitando um

pequenos e médios produtores e respeitando as regras básicas e essenciais da ecologia.

O IBGE pode detalhar o mapa da fome, construir indicadores sociais mais adequados e atualizados para revelar a verdadeira cara do Brasil. A Finep pode reorientar uma parte de nossas pesquisas para as questões da luta contra a miséria e a redefinição de nosso modelo de desenvolvimento.

Além disso, a maioria dessas empresas já se mobilizou para dar apoio a comunidades carentes, por meio da distribuição de alimentos, criando comitês nos quais atuam e aumentando a onda de solidariedade que vai tomando conta do País. Por intermédio da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, essas empresas descobriram que devem repensar o seu sentido público e que, em conjunto, podem produzir verdadeiros e novos milagres. Esses são apenas alguns exemplos, muito mais está sendo feito e ainda há por fazer.

É fundamental reafirmar: o que foi público no passado foi sendo privatizado na ditadura e se perdeu nos descaminhos do corporativismo e de um tipo de privatismo meio corrupto, meio ou totalmente absurdo. Por isso, inclusive, uma parte da sociedade não vê com bons olhos as empresas estatais, confundidas que foram com o Esta-

do do tempo do autoritarismo. Essa realidade está mudando e pode mudar muito mais.

Hoje, trata-se de reafirmar e democratizar o sentido do público, integrar e comprometer as empresas públicas com os interesses fundamentais da sociedade. Colocar, no seu lugar, o serviço do cidadão.

As estatais são poderosas. Em um fantástico potencial humano, interferem no rumo das coisas, constituem um patrimônio nacional, não podem ser jogadas fora, na margem da história ou da vida, de graça em troca de moedas podres. As empresas públicas são da sociedade brasileira. A campanha contra a fome pode ser um fator fundamental para dar a essas empresas um sentido de cidadania e transformá-las em poderosas alavancas de desenvolvimento e da democracia.

Finalmente, as empresas públicas são nossas. Vamos com elas construir um Brasil que seja também nosso e para todos, um País democrático. Há muito ainda que fazer, mas os primeiros passos foram dados e estão dando seus frutos. Agora falta também dar um sentido público e social às empresas privadas. Mas esse já é um novo capítulo de uma nova história.

Herbert de Souza, jornalista e escritor, é articulador nacional do Comitê de Cidadania contra a Miséria e pela Vida.



Que país é esse!

Então, pessoal, será que vamos deixar cair a peteca? A nobre e leal cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, além de nobre e leal, o que nem sempre foi, é, sim, a capital indiscutível da generosidade nacional. Betinho, nosso santo cívico, não teria conseguido em São Paulo um terço do que conseguiu no Rio. Este ano, quando nos está olhando de cima, deve andar triste com a magreza do seu Natal Sem Fome. Vamos deixá-lo assim?

Hoje, na Cinelândia, os contínuadores do Betinho estarão fazendo um apelo aos cariocas para que se lembrem, outra vez, dos que se acostumaram a comer direito pelo menos um dia por ano, graças à nossa generosidade. Como ele morreu, só recolheram, até agora, dez mil cestas básicas. A meta é de cem mil. Cada cesta custa pouco mais de cem pratas e o 13º salário começa a ser pago agora.

Uma das respostas mais eficientes aos desafios lançados pelo Betinho foi dada pelo Comitê das Empresas Públicas no Combate à Fome e Pela Vida, Coep. André Spitz, seu secretário-executivo, dá o seu depoimento:

— Me espanta até hoje o que conseguimos fazer. Nós não temos nenhuma estrutura. Na verdade, o Coep é um espaço de articulação. Na prática, nenhuma entidade está obrigada a fazer nada. É tudo por adesão. Eu acho que dá certo porque as organizações são feitas por pessoas, e muitas vezes essas pessoas são inovadoras. Às vezes, passa pela minha cabeça: o que as pessoas ganham ao fazer uma coisa nova dentro das suas organizações, além de aborrecimentos e chateação? Na verdade, as empresas não esperam isso delas. É uma certa imaginação que as pessoas têm. Eu acho, também, que o Coep é uma rede de indignados. Pessoas que querem ver as coisas mudarem. Há que se ter condições favoráveis na organização, mas a iniciativa das pessoas é fundamental.

A opinião de Spitz é válida tanto para o bem como para o mal. Os cidadãos são capazes de se organizar tanto para dar comida aos pobres como para tirá-la das suas bocas. Segunda-feira, Ricardo Boechat noticiava que 30 aposentados conseguiram, na Justiça, derrubar a decisão do INSS de não pagar pensões e benefícios acima do teto de R\$ 12.700, recentemente aprovado na Câmara, como sendo o máximo que qualquer pessoa pode receber mensalmente dos cofres públicos. Cada um desses privilegiados deverá embolsar um milhão de reais. É dinheiro que faltará nas contas da multidão de aposentados que, no Natal, ganham apenas o salário-mínimo. E esses marajás ainda têm o desprazer de achar isto a coisa mais natural do mundo, direitos pessoais adquiridos, dizem, e encontram juizes que lhes dão razão. Legal, até pode ser, ainda que a interpretação

da lei seja tortuosa. Imoral, não há dúvida. Os jornais deveriam publicar a lista dos sem-vergonhas, para que fossem apontados a dedo nas ruas.

A desigualdade está na raiz da maioria dos nossos problemas sociais. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que publicou ontem o seu relatório sobre o Brasil, diz que poderíamos eliminar a miséria distribuindo aos mais pobres o equivalente a menos de 1% do PIB. É um número que já havia sido divulgado várias vezes, inclusive pelo Betinho.

Trata-se de uma utopia, dirão os economistas que há décadas dirigem o país. No entanto, muito mais do que isto distribuíram, de uma penada só, a quem investe em títulos do Tesouro, quando dobraram a taxa de juros. O conjunto da economia pagará a conta com a recessão que se avizinha.

Outros dados da OEA: a média de pessoas mortas pela PM fluminense subiu de 3,2 por mês em maio de 1995, quando tomou posse na Secretaria de Segurança o deputado-general Nilton Cerqueira, para 20,5 por mês em fevereiro de 1996, últimos dados de que dispunha. O índice de mortos em combate é três vezes maior que o de feridos o que, dizem, "demonstra um excesso de uso de força e, inclusive, um padrão de execuções extrajudiciais pela polícia". Um policial envolvido em 49 mortes, o cabo Adeval de Oliveira, recebeu o título de policial do ano.

As informações são coerentes com a tradição das volantes que caçavam cangaceiros nos sertões do Nordeste, tradição que influencia o alagoano Cerqueira, defensor entusiasmado da pena de morte.

A violência policial não se limita ao Rio. Em Pernambuco foram assassinados este ano 423 crianças e adolescentes até 30 de novembro, um número superior em 52% à média anual dos dois últimos anos. Em São Paulo, as rebeliões em presídios e carceragens de delegacias são quase diárias. O Governo está terminando 21 presídios, com 17 mil vagas, mas Mário Covas não tem ilusões. Precisar, no mínimo, do dobro, para que o estado pudesse começar a pensar em recuperação de criminosos através de penas privativas da liberdade.

Que país é esse? As respostas são muitas, mas uma delas é óbvia: é o país da mais brutal injustiça social do Extremo Ocidente.

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

O GLOBO - 10/12/97



A esquerda
marxista
muito
pouco
socialista

... a esquerda
marxista
muito
pouco
socialista

... a esquerda
marxista
muito
pouco
socialista

Estatais aderem ao combate à fome

Trinta presidentes de empresas públicas como Petrobrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Rede Ferroviária, Banco do Brasil e Departamento Nacional de Combustíveis, assinaram ontem no Fórum de Ciência e Cultura o Termo de Adesão ao Programa de Combate à Fome e à Miséria, coordenado pelo sociólogo Herbert de Souza. As empresas fazem parte do Comitê das Empresas Públicas, criado com o objetivo de unir esforços para ajudar a melhorar a qualidade de vida da população.

Dois tipos de ações vêm sendo adotados pelo Comitê das Estatais. A primeira, de resultado imediato, consiste na doação de tickets-refeição, coleta de mantimentos, organização de eventos beneficentes, e iniciativas conduzidas individualmente por cada empresa ou por seus empregados. Numa segunda linha de ação, de caráter estrutural, as empresas se valem de sua experiência técnica para articular parcerias entre elas e com os órgãos estaduais, municipais e organizações comunitárias e do setor produtivo privado, visando à implantação de um conjunto de atividades que se constituam em instrumentos efetivos na luta contra a fome e a miséria.

É nesta linha de ação que vêm surgindo várias propostas aplicáveis nacionalmente, que deverão ser discutidas com os órgãos competentes e buscar parceria para sua implementação. Para dinamizar os trabalhos, o Comitê criou nove subgrupos nas áreas de saúde, alimentos, saneamento, habitação, educação, informática, legislação, transporte e abastecimentos, maneiras variadas de uso de terrenos ociosos e também da água.

No campo de saúde e nutrição estabeleceu-se como prioritário o fortalecimento dos postos de saúde, que também serão utilizados

como centros de distribuição de alimentos. No campo do transporte e armazenagem, foi feito um mapeamento das ferrovias, estações e

armazéns para planejamento da coleta de doações, transportes gratuitos e distribuição de alimento às populações carentes.

No setor da educação está prevista a difusão, via satélite, de programação para reciclagem de instrutores e professores para o ensino primário e profissionalizante. No que se refere ao uso alternativo de recursos existentes, o Comitê das Estatais pretende aproveitar os poços perfurados na prospecção de petróleo, onde só existam água, e também utilizar a experiência técnica e maquinaria para irrigação e perfuração de novos poços com a finalidade específica de garantir o abastecimento para as comunidades nordestinas.

O Comitê estuda ainda a viabilidade do uso dos reservatórios das usinas hidrelétricas para a produção de pescado e irrigação. A produção agrícola seria incentivada através do uso de terras reservadas de empresas públicas. Entre as linhas de ação já levantadas existe ainda um plano de geração de empregos, alimentos e energia no meio rural que prevê a utilização de mão-de-obra intensiva para a produção de álcool em pequenas pro-

priedades através do uso de recursos locais.

A iniciativa tem por objetivo dinamizar a produção de moendas, alambiques, torres de destilação e caldeiras e, para que seja concretizada necessitará da participação dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes. Ainda com o objetivo de criar novos postos de trabalho, o Comitê pretende estimular a formação de fazendeiros florestais para a produção de celulose, madeiras, cereais e frutas. Esta parte do projeto também será utilizada no desenvolvimento de oleaginosas agrícolas como o coqueiro macaúba, o babaçu e o dendê, cujos óleos vegetais podem ser usados in natura, em alguns tipos de motores do ciclo diesel.

Entre os vários presentes à assinatura do Termo de adesão estavam o físico Luiz Pinguelli, os presidentes da Petrobrás, Joel Mendes Rennó; da Light, Joaquim Afonso MacDowel Leite de Castro; da Eletrobrás, José Luiz Alqueres; da Fiocruz, Carlos Medicis Morel; o reitor da UFRJ, Nelson Maculan, além do líder do Governo na Câmara, Roberto Freire.